

O ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO DO DISCURSO DE JAIR BOLSONARO NA 75ª ASSEMBLEIA GERAL DA ONU

THE ENUNCIATIVE EVENT OF JAIR BOLSONARO'S SPEECH AT THE 75TH UN GENERAL ASSEMBLY

Karine Pedroza¹

Data de recebimento do texto: 15/01/2026

Data de aceite: 11/02/2026

Resumo: Este artigo tem como objetivo geral analisar o funcionamento semântico-enunciativo do discurso de Jair Bolsonaro na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU, observando como os enunciados se constituem como acontecimento de linguagem que mobilizam memoráveis, cenas enunciativas e modos de dizer que produzem sentidos políticos e institucionais e como objetivo específico: examinar, nos pronunciamentos, o vocativos, apostos, conectores e processos de reescrituração que operam na constituição dos sentidos, evidenciando o modo como o alocutor-Presidente da República se inscreve na cena enunciativa e convoca seus alocutários, produzindo efeitos de legitimação, responsabilização e pertencimento. Para proceder as análises, tomamos como aporte teórico-metodológico a Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Eduardo Guimarães (1995, 2002, 2011, 2017 e 2018), no Brasil. Com a pesquisa conseguimos compreender, no *corpus* selecionado para análise, os processos de significação dos dizeres políticos e suas implicações sociais e históricas e nos permitiu refletir como os sentidos são construídos, disputados e ressignificados no espaço público e compreender o funcionamento dos dizeres políticos no cenário nacional e internacional.

Palavras-chave: Política. Semântica. Significação.

Abstract: The general objective of this article is to analyze the semantic-enunciative functioning of Jair Bolsonaro's speech at the opening of the 75th UN General Assembly, observing how the utterances constitute a language event that mobilizes "memorables," enunciative scenes and modes of expression that produce political and institutional meanings. Its specific objective is to examine—within the statements—the vocatives, appositives, connectors, and rewriting processes that operate in the construction of meaning, highlighting how the speaker (the President of the Republic) positions himself within the enunciative scene and addresses his audience, thereby producing effects of legitimation, accountability, and belonging. To conduct this analysis, we adopted the theoretical-methodological framework of Semântica do Acontecimento, developed by Eduardo Guimarães (1995, 2002, 2011, 2017 and 2018) in Brazil. Through this research, we were able to understand the signification processes of political discourse and their social and historical implications within the selected corpus; furthermore, the study allowed us to reflect on how meanings are constructed, contested, and re-signified in the public sphere and to grasp the functioning of political discourse in both national and international arenas.

Keywords: Politics. Semantics. Meaning.

¹ Doutora em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. E-mail: pedroza@unemat.br

1. Introdução

Este estudo é parte da minha tese de doutorado em que nos propomos analisar o funcionamento semântico-enunciativo dos enunciados que integram os textos-pronunciamentos proferidos na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU/2020 e na abertura da 76ª Assembleia Geral da ONU/2021, buscando compreender pelos modos de articulação e reescrituração como as temáticas: meio-ambiente, COVID-19, economia e segurança produzem sentidos nestes acontecimentos de linguagem e como elas são retomados no texto-pronunciamento de abertura da 76ª Assembleia Geral da ONU/2021.

Entretanto, para este artigo selecionado o texto-pronunciamento proferido na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU/2020.

A escolha por analisar o texto-pronunciamento proferido pelo Presidente da República Federativa do Brasil na Assembleia Geral da ONU, ocorrida em 2020, se deu por compreendermos, tal como nos aponta Guimarães (2018), que a constituição dos sentidos do dizer é enunciativa. Assim, os dizeres desse texto, independentemente de seus efeitos na sociedade, são enunciações constituídas a partir de um lugar enunciativo que se posiciona sobre temas cruciais para a nação, como: meio ambiente, economia, segurança nacional e da pandemia COVID-19, sendo esta última tão pulsante na sociedade brasileira à época.

O *corpus* escolhido para a realização das análises se constitui por enunciados recortados do texto-pronunciamento de abertura das 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (doravante ONU). Além da importância ressaltada anteriormente, a análise desses enunciados, tomados como unidades de sentidos, que se estruturam, se articulam e se intercomplementam, nos ajudam a compreender o funcionamento do político na enunciação, de modo a observar o conflito, as divisões desiguais do real, e como os dizeres são significados pelos recortes do real.

O objetivo geral deste estudo consiste em analisar o funcionamento semântico-enunciativo do discurso de Jair Bolsonaro na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU, observando como os enunciados se constituem como acontecimento de linguagem que mobilizam memoráveis, cenas enunciativas e modos de dizer que produzem sentidos políticos e institucionais. Para tanto, tomamos como objetivo específico: examinar, nos pronunciamentos, o vocativos, apostos, conectores e processos de reescrituração que operam na constituição dos sentidos, evidenciando o modo como o alocutor-Presidente da República

se inscreve na cena enunciativa e convoca seus alocutários, produzindo efeitos de legitimação, responsabilização e pertencimento.

Para proceder as análises, tomamos como aporte teórico-metodológico a Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Eduardo Guimarães (1995, 2002, 2011, 2017 e 2018), no Brasil. O referido autor afirma que trata-se de “uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (Guimarães, 2017, p. 09) e a confere o título de disciplina linguística que tem por objetivo compreender o funcionamento da linguagem e das línguas.

2 Princípios Teóricos e Procedimentos Analíticos

Na década de 70, o teórico Eduardo Guimarães se reconhece como semanticista e defende a legitimidade de um campo de estudos voltado às questões específicas da linguagem. Nesse percurso, compreende os conceitos de sentido e significação como fundamentais para uma abordagem semântico-enunciativa (Guimarães, 2005).

Ao longo de seu caminho como pesquisador abre diálogo com as reflexões teóricas de Michel Bréal, Émile Benveniste, Oswald Ducrot, dentre outros. Com isso, Guimarães desenvolve uma proposta de análise da significação centrada no funcionamento da enunciação.

Vejamos uma breve incursão destes teóricos considerando:

2.1 Bréal e a fundação da Semântica, Benveniste e a complexidade da enunciação e Ducrot e a enunciação como acontecimento

Michel Bréal cunhou pela primeira vez o termo *semântica* no artigo *Les Lois intellectuelles du langage*, no *Fragment de Sémantique* (1883) e, em seguida, no Ensaio de Semântica (1897). O teórico é considerado precursor dos estudos da significação e do sentido das palavras, além de pesquisar como os nomes são atribuídos às coisas. Com a publicação do Ensaio de Semântica, em 1897, Bréal conferiu à semântica o *status* de disciplina linguística, defendendo que a linguagem não pode ser estudada sem considerar a significação. Para Bréal, segundo destaca Guimarães (2005), a semântica é uma disciplina linguística que compreende a linguagem como fenômeno humano e histórico. Nesse sentido, a significação é indissociável da própria natureza simbólica da linguagem.

Outro aspecto central defendido por Bréal é a subjetividade na linguagem. O autor afirma que a linguagem é um ato humano e só existe pela atividade do homem, sendo sempre produzida e dirigida ao homem. Essas reflexões levaram Guimarães (2005) a enfatizar que a linguagem difunde a personalidade humana e que a semântica, enquanto disciplina histórica, deve considerar o caráter simbólico e não natural dos signos.

Os estudos de Bréal sobre significação e subjetividade tornaram-se fundamentais e serviram como base teórica para o desenvolvimento posterior do conceito de enunciação, que seria elaborado por outros estudiosos.

Quanto à Benveniste, trata-se de um linguista histórico e importante estudioso das línguas indo-europeias, cujos trabalhos contribuem para uma “semântica histórica de caráter estruturalista saussuriana”, baseada no conceito de signo, influenciando diretamente os estudos de Guimarães. Seus textos mais conhecidos estão reunidos em *Problemas de Linguística Geral I* (1966) e *II* (1974), nos quais aborda tanto questões históricas da linguística quanto aspectos de descrição de línguas. Nessas pesquisas, retoma também a noção de subjetividade na linguagem, já presente em Bréal, destacando que certos fenômenos da significação só podem ser compreendidos considerando a língua em funcionamento.

Em seu artigo *Da subjetividade na linguagem*, Benveniste afirma que a linguagem torna possível a subjetividade porque oferece formas linguísticas que permitem ao locutor referir-se a si mesmo como *eu* e ao outro como *tu*. Ao dizer *eu*, o locutor se constitui como sujeito no enunciado, uma vez que é “na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito”. Assim, a subjetividade emerge do estatuto linguístico da pessoa e do deslocamento do locutor para sujeito, que se configura na e pela enunciação, constituindo-se como sujeito da enunciação.

Benveniste foi o primeiro a sistematizar um modelo de análise da língua centrado na enunciação. Em *O aparelho formal da enunciação*, define enunciar como colocar a língua em funcionamento por um ato individual de uso, pois sem enunciação a língua permanece apenas como possibilidade. A enunciação instaura uma instância de discurso que emana de um locutor que se apropria do aparelho formal da língua, fazendo emergir índices de pessoa que se dá na relação *eu–tu*, e constituindo a relação enunciativa com o parceiro, real ou imaginário, individual ou coletivo.

Ducrot também é um dos linguistas que Guimarães mobiliza em seu percurso teórico. Em *Estruturalismo, Enunciação e Semântica* (1987), Ducrot afirma que a semântica deve

ser estrutural e que o estruturalismo, ao tratar da significação, precisa considerar a enunciação. Para o teórico, a realização de um enunciado é um acontecimento histórico: algo que passa a existir no momento em que se diz e deixa de existir após o ato de dizer. Essa manifestação pontual é justamente o que Ducrot concebe como enunciação, entendida como acontecimento do dizer.

Na *Teoria Polifônica da Enunciação*, Ducrot questiona a unicidade do sujeito falante proposta por Benveniste e define a polifonia como o fenômeno que permite ao locutor apresentar diferentes pontos de vista em um mesmo enunciado. Assim, o sentido de um enunciado deriva da descrição de sua enunciação, constituída por múltiplas vozes que formam diversas figuras enunciativas. Inspirado em Bakhtin, Ducrot argumenta que várias vozes podem coexistir sem hierarquia, e distingue entre o sujeito empírico e o locutor discursivo, que expressa diversas vozes cujas origens são os enunciadores.

Em *Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação*, Ducrot descreve três propriedades presentes no mesmo sujeito: o sujeito fisiológico que produz o enunciado, o sujeito autor dos atos ilocutórios e o sujeito designado pelas marcas de primeira pessoa. Ele distingue ainda dois tipos de personagens: os locutores e os enunciadores, sendo o locutor o responsável pelo enunciado e os enunciadores aqueles cujo ponto de vista é exposto sem que lhes seja atribuída fala direta. A concepção de Ducrot, segundo a qual o sentido decorre da descrição da enunciação e sua natureza argumentativa, fundamenta teorias posteriores, como a *Teoria da Argumentação na Língua* e a *Teoria dos Blocos Semânticos*, que defendem que as palavras e enunciados carregam encadeamentos argumentativos em sua própria significação.

2.2 Guimarães e os estudos semânticos-enunciativos no Brasil

No Brasil, Eduardo Guimarães é o principal precursor dos estudos da Semântica da Enunciação, dedicando-se há mais de quatro décadas ao desenvolvimento de uma teoria que articula língua, história e sujeito. Em *Texto e Argumentação* (1987), o autor propõe uma releitura das conjunções do português, afastando-se da visão sintática tradicional e defendendo que essas formas funcionam como operadores argumentativos. Esse estudo marca a preocupação de Guimarães com a representação do sujeito na constituição do sentido e com a formulação de um conceito de texto que dialogue com a Análise do Discurso

e com teorias do sujeito, reconhecendo que o sentido de toda sequência linguística envolve a representação do sujeito da enunciação.

Ao definir enunciação, Guimarães retoma Ducrot ao entendê-la como o “evento histórico do aparecimento do enunciado”, enfatizando que a análise deve considerar a representação do sujeito no dizer. O texto é concebido como unidade empírica, com começo, meio e fim, atravessada por diferentes posições de sujeito e por uma dispersão de discursos. Nessa perspectiva, o sentido resulta dos efeitos da própria enunciação, incluindo orientação argumentativa e polifonia, esta entendida como a coexistência de diferentes papéis do sujeito dentro do enunciado, inspirada nos estudos bakhtinianos.

Guimarães defende que a enunciação não deve ser tomada a partir da ideia de um sujeito único e central, mas como um espaço polifônico no qual o sujeito se distribui em posições distintas: locutor, locutor-x, alocutário, alocutário-x e enunciadores. A orientação argumentativa é definida como o modo pelo qual um enunciado apresenta A para conduzir o interlocutor a concluir C, sendo as conjunções mecanismos fundamentais para construir essa direção argumentativa dentro do texto.

Em *Os limites do sentido* (1995), Guimarães desenvolve a Semântica Histórica da Enunciação, afirmando que a significação é histórica no sentido de ser determinada pelas condições sociais de existência. A partir de Benveniste, Ducrot e da Análise do Discurso, o teórico formula uma concepção de enunciação como lugar de posições de sujeito onde o acontecimento da linguagem se articula ao interdiscurso. Assim, a enunciação é definida como acontecimento atravessado pelo interdiscurso, funcionando como espaço de memória no qual a temporalidade da linguagem se constitui.

Essa temporalidade sustenta o conceito de acontecimento: um presente enunciativo que abre uma latência de futuro e recorta um passado de já-ditos, produzindo sentidos. Em *Semântica do Acontecimento* (2002), o autor aprofunda essa reflexão ao tratar da designação, entendida como significação dos nomes enquanto relação simbólica com o real, sempre tomada na história. A enunciação é definida como funcionamento da língua sem centralidade do sujeito, e o acontecimento é caracterizado por quatro elementos: língua, sujeito, temporalidade e real.

Em *Semântica: enunciação e sentido* (2018), Guimarães revisita e ajusta sua teoria, definindo semântica como a disciplina que estuda a significação; significação como aquilo que se apresenta pelo dizer; e enunciação como o ato pelo qual alguém diz algo reconhecido

como parte da língua, produzindo significação. Propõe também distinção entre significação e sentido, afirmando que o sentido se constitui pela integração dos enunciados no texto.

Guimarães sistematiza ainda procedimentos metodológicos, como a sondagem que consiste em eleger enunciados decisivos de um recorte para análise, e redefine o conceito de recorte como fragmento do acontecimento de enunciação. A cena enunciativa surge como categoria descritiva central, marcada pelo político e pelo politópico, pois envolve a divisão dos lugares de enunciação (Locutor, Locutário, alocutor-x, alocutário-x).

Por fim, Guimarães discute a argumentação e a argumentatividade no interior do acontecimento. Para o autor, a argumentação é a sustentação que um *eu* dirige a um *tu*, articulada pelos lugares da enunciação, e não se trata de persuasão, mas da sustentação de uma posição significada pela enunciação. A argumentatividade, por sua vez, é um modo de integração dos enunciados ao texto, inscrito no próprio funcionamento da língua. A relação entre argumentação e argumentatividade se estabelece pela alusão entre os lugares de dizer, mostrando que o sentido decorre do funcionamento enunciativo e da articulação dos lugares de sujeito no acontecimento da linguagem.

3. Noções teórico-metodológica a serem mobilizadas nas análises

3.1 O político

Guimarães (2002) constrói o conceito de político a partir do que é formulado por Orlandi (1990), que o define como “relação de confronto”, e pela definição que propõe Ranciére (1995), sob uma abordagem filosófica apresentada como arqui-política, para-política e meta-política.

Guimarães (2017) caracteriza o político como algo que se dá “pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos”, ou seja, “um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento”. Para o autor, o político se fundamenta nas relações sociais, já que cada pessoa tem um lugar de dizer socialmente constituído; o conflito instala-se porque o homem fala pela relação entre línguas e falantes, de modo que pensar o político é pensar a contradição que instala o “conflito no centro do dizer”, uma relação de desigualdade determinada no próprio dizer.

3.2 O espaço de enunciação e os falantes

O conceito de espaço de enunciação se dá com a compreensão do funcionamento das línguas e de sua relação constitutiva com seus falantes; compreender o que são e como se relacionam as línguas e seus falantes é imprescindível para compreender o espaço de enunciação, o que instantaneamente situa o político como pertencente deste funcionamento.

A língua deve ser tomada como não abstrata, mas histórica, exposta como prática humana e “por relações que fundamentam o funcionamento desta prática cuja característica é a de produzir significações: a linguagem”.

O falante, por sua vez, deve ser entendido como aquele que não se constitui como ser empírico ou psicológico, mas constituído por línguas do espaço de enunciação. Ele dispõe de um lugar de enunciação estabelecido pela relação com a língua, e, dentro desse espaço, as línguas se relacionam, contemplam e determinam seus falantes, de modo que o falante não deve ser considerado pessoa física, mas um “ser” de linguagem constituído por essa relação e por uma distribuição desigual. Assim, para Guimarães, “os falantes não são os indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua”, mas sujeitos da língua determinados pelo espaço de línguas e falantes.

É importante frisar que o acontecimento enunciativo se dá nos espaços de enunciação e, por isso, é possível considerá-lo como um acontecimento político. Nessa linha, a temporalidade do acontecimento se apresenta pelo movimento da língua que se constitui na relação com línguas e falantes. A temporalidade do acontecimento se “configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade) que sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado”, sendo composta por um antes, um agora e um depois que produz rememorações de já-ditos no acontecimento do dizer, projetando assim uma futuridade enunciativa.

3.3 Cenas enunciativas

A cena enunciativa é um dos conceitos teóricos básicos no processo de análise do *corpus* e se deu pela primeira vez em *Texto e Argumentação* (1987). A cena enunciativa se configura a partir do lugar de dizer em que cada sujeito da enunciação enuncia e se caracteriza “por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas”. Desse modo, a cena enunciativa é um espaço

específico que se dá pela distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento, sendo “configurações específicas do agenciamento enunciativo para ‘aquele que fala’ e ‘aquele para quem se fala’”. Tais lugares não são constituídos por pessoas donas de seu dizer, mas pelos dizeres que se dão agenciados enunciativamente. A disposição desses lugares decorre da temporalização característica do acontecimento, que marca e fundamenta a cena enunciativa. Segundo Guimarães, a cena enunciativa coloca em jogo “por um lado, lugares sociais de locutor, papéis enunciativos [...]” e, por outro, os lugares de dizer chamados de enunciadores, enunciador-individual, enunciador-genérico e enunciador-universal, representações independentes da história ou fora da história dos lugares sociais de locutor.

Diante da definição do político, Guimarães o caracteriza “pela oposição entre a afirmação da igualdade em conflito com uma divisão desigual do real produzida enunciativamente pelas instituições que o organizam”, definição que é importante para a cena enunciativa, uma vez que o conflito é próprio do acontecimento da enunciação, acontecimento que constitui a cena enunciativa. Em um acontecimento de enunciação, o falante é agenciado politicamente, produzindo um agenciamento político da enunciação, que “pode significar de modo específico o memorável do acontecimento, e as relações entre os lugares da enunciação”. A cena enunciativa se dá por uma divisão de lugares da enunciação denominada politopia, que consiste na movimentação entre esses lugares no funcionamento da enunciação, relacionando-se às formas linguísticas. O funcionamento simultâneo de Locutor, alocutor e enunciador permite apreciar como esses lugares se relacionam entre si e com os outros, e como significam e produzem sentidos a partir dessa relação.

3.4 As figuras de enunciação

As figuras da enunciação são agenciadas no espaço de enunciação que divide os falantes em: Locutor (L), aquele que se concebe no que diz como origem desse dizer; Locutário (LT), aquele para quem o Locutor enuncia em um acontecimento específico de enunciação; o alocutor, um outro *eu* que se apresenta em um acontecimento enunciativo; e o alocutário, para quem o alocutor enuncia. Sobre a divisão de lugares que constitui a cena enunciativa, temos ainda a figura enunciativa que Guimarães (2018) chama de enunciador, que se dá pelo “lugar de dizer que se relaciona com aquilo que diz, e por modos diversos, significando relações diferentes entre o lugar de dizer e o que se diz”. O enunciador pode se apresentar como quem enuncia a partir de um lugar coletivo, no qual o “lugar de dizer se

caracteriza por ser a voz de todos como uma única voz”; individual, “quando a enunciação representa o Locutor como independente da história”; universal, “quando a enunciação representa o Locutor como fora da história e submetido ao regime do verdadeiro ou falso”; ou genérico, “quando a enunciação representa o Locutor como difuso num todo em que o indivíduo fala como e com outros indivíduos”.

Os enunciadores tratados por Guimarães se apresentam “como independente da história ou fora da história”, mas como particular de uma história, ou seja, a enunciação pode se dar a partir do sentido constituído em uma relação entre o enunciador e aquilo que se diz.

Outro aspecto teórico relevante a ser considerado nesta proposta de pesquisa são os procedimentos de construção de sentidos que ocorrem mediante os modos de articulação e de reescrituração no texto.

3.5 O texto

O texto é a forma de funcionamento da língua mais utilizada na sociedade e é a partir dele que o homem se significa, é significado e atribui sentido; constitui-se porque é gerado por um falante para um ouvinte, em uma situação preestabelecida e com algum propósito.

Na década de 1980, Guimarães e Orlandi iniciam estudos ancorados na Análise de Discurso, na Enunciação e na Argumentação Linguística, tratando o sentido no texto a partir da historicidade, do social, do político e da ideologia e afastando-se da Linguística Textual, que o definia “como uma sequência coerente de sentenças”, ao buscarem explicitar “os processos de produção dos sentidos e sua organização”, questionando a ideia de completude e estabilização textual e compreendendo o texto como unidade de sentido.

Guimarães dedica-se à análise semântica tomando o enunciado como unidade de análise e valendo-se da relação integrativa que caracteriza o texto como unidade de integração com a exterioridade e com o lugar social do locutor; assim, o texto não pode ser pensado apenas pela linearidade, ligada à “ilusão de evidência”, mas deve ser compreendido por sua relação com outras unidades de linguagem, os enunciados, que significam nessa integração, sendo estes dotados de consistência interna e independência relativa.

As relações de articulação e reescrituração organizam os enunciados como procedimentos de textualidade, constituindo a unidade de sentido textual por meio desses dois modos fundamentais de relação.

3.6 A articulação

A articulação é um modo de funcionamento no enunciado que se refere às relações “próprias das contiguidades locais”, isto é, ao modo como certas formas afetam outras que elas não redizem, constituindo procedimentos enunciativos próprios das relações internas aos enunciados ou entre eles; trata-se, portanto, de um procedimento utilizado na análise para observar as relações de uma palavra ou de suas reescrituras com outras palavras, sempre considerando o enunciado inserido em um texto. Dito de outro modo, a articulação é um “modo de relação enunciativa que dá sentido às contiguidades linguísticas”, sendo uma relação local entre elementos linguísticos que significam pela relação com os lugares de enunciação agenciados pelo acontecimento, podendo ocorrer por dependência, quando elementos contíguos se organizam como um só; por coordenação, quando elementos da mesma natureza são organizados como um só; ou por incidência, quando um elemento externo, ao articular-se com outro, forma um elemento do segundo tipo.

Enquanto a reescritura refere-se ao processo de construção de sentido no texto, a articulação se dá como análise das relações de sentido no interior do enunciado.

3.7 A reescritura

A reescritura, destacada por Guimarães como o procedimento em que a designação de uma palavra acontece, consiste em analisar como uma palavra é reescrita por outras e como esse processo gera novos sentidos no acontecimento enunciativo, articulando o presente do dizer ao passado e significando o memorável. Trata-se de uma operação pela qual a enunciação rediz o que já foi dito, atribuindo ao reescriturado um sentido outro na temporalidade do acontecimento.

Segundo Guimarães, a reescritura “liga pontos de um texto com outros do mesmo texto, e mesmos pontos de um texto com pontos de outros textos”, dispondo de diversos modos: repetição, substituição por anáfora, elipse, expansão e condensação; e também de diferentes relações de sentido: sinonímia, especificação, desenvolvimento, globalização/totalização e definição, pelas quais a enunciação atribui novos sentidos, amplia, reduz ou redefine o termo reescriturado.

4. A coleta de dados e os procedimentos metodológicos

Neste item, apresentaremos o detalhamento do *corpus* e o procedimento metodológico que fundamenta a pesquisa.

O *corpus* ou material analítico deste estudo é constituído pelos enunciados que integram o texto-pronunciamento enunciado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro na abertura da reunião da 75ª Assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorrida em 2020, e foi coletado do site *Agência Brasil*, tratando dos temas expostos no objetivo específico.

Para proceder às análises, adotamos o procedimento de trabalho chamado por Guimarães (2018) de sondagem, utilizado para selecionar enunciados que contribuam para a mobilização das categorias semântico-enunciativas e dos conceitos necessários à elaboração das análises. A sondagem, segundo Guimarães, deve ser realizada por meio de procedimentos de análise semântica cujos resultados possam ser comparados a outros recortes e sondagens em torno da mesma questão, sustentando as conclusões buscadas; nesse processo, o recorte consiste na seleção de excertos do acontecimento da enunciação, entendidos não como simples sequência, mas como formas linguísticas correlacionadas por sua relação comum com o acontecimento, sendo fundamental compreender que a análise avança não pela quantidade de recortes, mas por uma sondagem minuciosa capaz de identificar recortes decisivos.

4.1 Delineamento do *corpus*

No dia 1º de janeiro de 2019, Jair Messias Bolsonaro foi empossado e, junto à função de presidente, vieram as responsabilidades e os compromissos próprios do cargo. Um dos compromissos que integram a agenda de um chefe de Estado é a sua participação na Assembleia Geral da ONU, e o proferimento do discurso realizado na abertura do tradicional encontro promovido anualmente no mês de setembro, em Nova Iorque.

A Assembleia Geral da ONU tem como função central a discussão multilateral de questões internacionais previstas na Carta das Nações Unidas, além de desempenhar papel significativo na definição de normas e na codificação do direito internacional.

Para realizar o estudo do funcionamento semântico-enunciativo ao qual nos propomos, faremos a partir de agora um breve delineamento do texto selecionado para esta pesquisa.

4.1.1 75ª Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas-ONU

O pronunciamento do ex-presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, realizado em 22 de setembro de 2020, na 75ª Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas-ONU, em Nova Iorque, foi o primeiro debate ocorrido de maneira remota da história em razão da Covid-19.

Como de costume, Jair Bolsonaro foi o primeiro chefe de Estado a discursar. Ao longo de seu proferimento o ex-presidente abordando temas como: COVID-19, medidas econômicas, povos originários, assistência à saúde, investimentos na produção de vacinas, hidroxicloroquina, meio ambiente e direitos humanos.

Iniciou saudando autoridades da ONU e afirmou ser “uma honra abrir esta assembleia”, seguindo com declarações sobre ter alertado seu país sobre o vírus e o desemprego, mencionando decisões judiciais que delegaram medidas de isolamento aos governadores e afirmando que “coube ao governo o envio de recursos”. Destacou o auxílio emergencial, a assistência a famílias indígenas, tratou das queimadas como criminosas atribuídas ao caboclo e ao índio, afirmou que o Brasil era referência em direitos humanos e que houve aumento de investimentos no primeiro semestre de 2020. Declarou que “a liberdade é o bem maior da humanidade” e fez apelo pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia. Expressou apoio ao povo libanês, ao futuro do Oriente Médio e ao acordo de paz entre Israel e Emirados Árabes Unidos e Bahrein, saudou Donald Trump pelo Plano de Paz e afirmou que “O Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base”, concluindo com “Deus abençoe a todos”.

Em linhas gerais, apresentou dados sobre meio ambiente e economia, defendeu tratamento contra covid-19, posicionou-se contra o passaporte sanitário e afirmou não haver corrupção em seu governo.

3. Análise Semântico-Enunciativo do Texto-Pronunciamento da 75ª Abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas-ONU, em 2020

A seguir analisaremos os recortes selecionados, observando o funcionamento semântico-enunciativo dos enunciados que integram o texto-pronunciamento proferidos pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU, ocorrida em 22 de setembro de 2020, em Nova Iorque.

O acontecimento do pronunciamento do presidente do Brasil na Abertura da Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas-ONU, em 2020, tem sua ocorrência no âmbito do dizível. Consiste em enunciações que dizem acerca das ações do governo. Ações que se referem ao meio-ambiente, COVID-19, economia e outros assuntos.

O título do texto-pronunciamento, *Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)*, se repete desde 1946, modificando apenas a sequência do número ordinal. Com a comemoração da 75ª Abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas-ONU, em 2020, fez significar a consolidação do evento, além de rememorar enunciações do período histórico do fim da II Guerra mundial e da busca por soluções que impedissem novos conflitos bélicos.

O enunciado-título do texto em análise tem por função nomear o acontecimento enunciativo do *Discurso* por uma relação “autorreferencial” que se “fundamenta numa relação tal que a instância desta nomeação se apresenta como a mesma instância do texto que o nome nomeia (de que o nome é título)” (Guimarães, 2018, p. 133). Nessa linha, o enunciado-título (*Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas-ONU*) enunciado do lugar de dizer do alocutor-ONU se configura como tal porque o *Discurso do Presidente da República* corresponde ao que ele irá enunciar, mas também corresponde a significação de um acontecimento histórico e político de rememorações que se deu desde 1946, a partir do enunciado *abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)*, e também pelo fato do Brasil ser um país membro fundador da Organização das Nações Unidas e ser o primeiro a discursar na assembleia geral, desde 1947.

Portanto, observar o enunciado-título em análise é considerar que o título funciona como nome dado ao texto e que este título é integrado por enunciações que marcam um lugar social e faz significar um memorável de enunciações. Mas, também, que o texto é designado no momento da enunciação, no qual o enunciado-título se insere, uma vez que o texto, sendo uma unidade de sentido, se caracteriza por incluir outros enunciados com os quais mantém uma relação semântica.

O discurso é um tipo de texto oral ou escrito que tem por função apresentar perante uma audiência uma mensagem solene e prolongada.

O Presidente Jair Bolsonaro inicia seu discurso saudando os representantes da ONU, as autoridades representantes das nações e os convidados/ouvintes, conforme apresentado em **(1a)**.

(1) (a) Senhor presidente da Assembleia Geral, Volkan Bozkir; **(b)** Senhor secretário-geral da ONU, António Guterres, a quem tenho a satisfação de cumprimentar em nossa língua-mãe; Chefes de Estado, de governo e de delegação; Senhoras e senhores,

Para observar o funcionamento do aposto faremos a análise do enunciado-título reconhecido aqui por **(E-Tít.)** e os recortes **(1a) (1b) (1c) (1d)**.

(E-Tít.) Discurso do Presidente da República, **Jair Bolsonaro**, na abertura da 75ª Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas-ONU

(1a) Senhor presidente da Assembleia Geral, Volkan Bozkir

(1b) Senhor secretário-geral da ONU, António Gutérres, **a quem tenho a satisfação de cumprimentar em nossa língua-mãe.**

(1c) Chefes de Estado, de governo e de delegação;

(1d) Senhoras e senhores,

No recorte **(1)**, vamos analisar dois tipos de relação apositiva, uma que se estabelece na enunciação como nome próprio em **(E-Tít.)** e outra na relação com o vocativo em **(1b)**, cada um destes enunciados significam no mesmo acontecimento de linguagem.

A formação apositiva apresentada em **(E-Tít.)** se caracteriza por uma relação de reescrituração por substituição no qual *Presidente da República* é reescriturado por *Jair Bolsonaro*, em uma relação de sentido que se dá pela especificação da autoria do discurso.

Aqui, o funcionamento semântico do aposto se deu pela atribuição de sentido de um termo sobre o outro nos levando a mobilizar a relação apositiva e a compreender que nos enunciados há uma relação de proximidade entre um elemento aposto e o elemento que reescritura.

Já em **(1b)**, há uma relação apositiva na relação com o vocativo *Senhor secretário-geral da ONU, António Gutérres*. Para tanto, ressalta-se que a enunciação vocativa se constitui como uma maneira de fazer com que aqueles que estão significados na cena enunciativa sejam convocados como alocutários. Assim, em **(1b)** o lugar social de dizer é do Presidente da República – alocutor-Presidente da República, já que o Discurso é de Jair

Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU, que enuncia aos alocutários: os representantes da ONU, alocutários-Senhor presidente da Assembleia Geral, Volkan Bozkir; Senhor secretário-geral da ONU, António Guterres..., às autoridades representantes das nações, alocutários-Chefes de Estado, de governo e delegação e, por fim, os convidados/ouvintes, alocutário-Senhoras e senhores.

Parafraseando **(1b)** temos:

(1b') Cumprimento com satisfação o senhor secretário-geral da ONU, António Gutérres, na nossa língua nativa.

É interessante observar como o acontecimento ao agenciar o falante a falar, apresenta o lugar de dizer dos enunciadores que, em **(1b)** e em **(1b')** se desloca de um enunciador-individual, na primeira parte do enunciado para um enunciador-coletivo, na segunda parte.

Em **(1b)** tanto a forma linguística *tenho*, quanto a forma linguística *Cumprimento* em **(1b')**, tem-se uma enunciação na qual o Locutor se coloca como independente da história que se dá pela representação da individualidade a partir da qual se é autorizado a enunciar. Desse modo, observamos que o alocutor-Presidente da República fica significado como responsável por uma parte do enunciado, demonstrando uma relação entre o enunciador-individual e o alocutor-Presidente da República, relação que é própria do funcionamento da cena enunciativa que significam os apostos.

Na segunda parte do enunciado, o pronome *nossa* é dito por um enunciador-coletivo que se constitui tanto em **(1b)** quanto em **(1b*)**, uma vez que a enunciação faz significar o pertencimento a uma comunidade, a comunidade a qual ambos pertencem, aos falantes da Língua Portuguesa. Temos aqui a convocação do alocutário, *António Gutérres*, a se incluir na comunidade dos falantes da Língua Portuguesa.

Os recortes **(1c)** e **(1d)** seguem-se pelos enunciados vocativos **(1c)** *Chefes de Estado, de governo e de delegação*; e **(1d)** *Senhoras e senhores*, onde o alocutor que é exposto no acontecimento, neste caso, o de presidente da república, enuncia aos demais que estão agenciados como alocutários.

Analisar o vocativo e o aposto nos recortes acima nos permite compreender a constituição dos sentidos do discurso de Jair Bolsonaro na Abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas/2020 e na construção da cena enunciativa.

Para a Semântica do Acontecimento, o vocativo não é só uma forma de chamar a atenção, mas um modo de funcionamento da expressão que produz um lugar de

reconhecimento para o outro, estabelecendo relações entre o alocutor-Presidente da República e seus alocutários. Ao enunciar *Senhor presidente da Assembleia Geral, Volkan Bozkir*, por exemplo, o alocutor-Presidente da República não está apenas nomeando, mas estabelecendo uma relação hierárquica e institucional que organiza a cena enunciativa.

Quanto ao aposto, trata-se de um uma forma de inscrição de sentidos no enunciado. Quando o alocutor-Presidente da República enuncia *a quem tenho a satisfação de cumprimentar em nossa língua-mãe*, estabelece-se um efeito de proximidade cultural e simbólica com Gutérres, reforçando uma identidade lusófona compartilhada.

3.1.1 Enunciados sobre o combate à pandemia e o impacto econômico

(2) A COVID-19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano e, (a) em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida.

(b) Desde o princípio, alertei, em meu País, que tínhamos dois problemas para resolver: o vírus e o desemprego, e que ambos deveriam ser tratados simultaneamente e com a mesma responsabilidade.

(c) Por decisão judicial todas as medidas de isolamento e restrições de liberdade foram delegadas a cada um dos 27 governadores das unidades da Federação.

(d) Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País.

(e) Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, disseminando o pânico entre a população. Sob o lema “fique em casa” e “a economia a gente vê depois”, quase trouxeram o caos social ao país.

A cena enunciativa do recorte **(2)** se constitui no acontecimento enunciativo que diz sobre a COVID-19 e o impacto econômico causado pela pandemia.

Vejamos o recorte **(2)**:

(2) A COVID-19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano e (a) em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida.

No enunciado **(2) A COVID-19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano e em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida** o conectivo *e* estabelece uma relação de articulação por coordenação entre duas proposições enunciativas, entre **(2) A COVID-19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano e (a) em primeiro lugar,**

quero lamentar cada morte ocorrida. Ou seja, o conectivo *e* não significa como mero operador linguístico de adição, mas como uma forma que articula o sentido significado entre um enunciado e o outro, entre um acontecimento enunciativo e outro.

Além disso, a articulação do *e* faz significar uma hierarquização no enunciado, pois, ao enunciar que **(2a)**, *em primeiro lugar, quero lamentar a cada morte ocorrida*, o alocutor-Presidente da República sugere uma priorização e produz o sentido de uma chefe de Estado que não se limita ao impacto da COVID-19, e que se posiciona com empatia.

Portanto, a significação em **(2)** surge na articulação do acontecimento enunciativo, no qual a forma linguística *e* é um operador que articula coordenativamente sentidos e estabelece uma relação entre o acontecimento da pandemia, da *COVID-19*, e a enunciação do alocutor-Presidente da República, ao *lamentar pelas mortes*.

(a) em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida.

Em **(2a)**, *em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida*, o alocutor-Presidente da República enuncia *em primeiro lugar* e faz significar no acontecimento em que a enunciação ocorre a temporalidade do dizer, mas também o que é considerado como prioridade: *lamentar cada morte ocorrida*.

Na sequência de **(2a)**, o alocutor-Presidente da República segue enunciando em *quero*, um verbo conjugado em primeira pessoa do singular que marca e se apresenta como sendo a origem do seu dizer e que representa o presente como o tempo do dizer, apontando que há um lugar social marcado na enunciação que enuncia o desejo de demonstrar tristeza, pesar e compaixão por cada pessoa que faleceu na pandemia. E trata este desejo como prioridade ao enunciar *em primeiro lugar*.

Tal enunciação apresenta um lugar de dizer que se constitui como individual e, por isso, evoca o enunciador-individual que enuncia do lugar de dizer que se constitui como independente da história, a partir da sua individualidade, demonstrada pela enunciação *em primeiro lugar* e *quero*. O enunciador-individual enuncia desconsiderando a circunstancialidade do dizer e enuncia como independente da história expondo sua prioridade e seu desejo.

(2b) Desde o princípio, alertei, em meu País, que **tínhamos dois problemas para resolver: o vírus e o desemprego**, e que **ambos** deveriam ser tratados simultaneamente e com a mesma responsabilidade.

A enunciação **(2b)** em *Desde o princípio, alertei* é tomada como uma maneira de reforçar uma posição ou opinião estabelecida desde o começo da pandemia. O enunciador-individual se marca na enunciação com o verbo conjugando em primeira pessoa *alertei* produzindo um sentido voltado para ele mesmo, individual.

Ao enunciar *tínhamos* em **(2b)** o sentido de *nós* constituído pela conjugação do verbo no pretérito imperfeito sustenta o lugar de dizer do governo e o seu próprio lugar de dizer, enquanto presidente da república, sustentando dois lugares de dizer concomitantes. Com isso, temos em uma única expressão *tínhamos* um enunciador-individual que enuncia de forma que o Locutor se apresenta como independente da história e se dá pela individualidade que o autoriza a dizer, e um enunciador-universal no qual o Locutor significa submetido ao regime de verdadeiro ou falso.

Ao enunciar *dois problemas para resolver: o vírus e o desemprego* o alocutor-Presidente da República estabelece sentidos que se articulam enunciativamente e faz significar a questão sanitária (*vírus*) e a questão econômica (*desemprego*), como fatores equivalentes, uma vez que *ambos deveriam ser tratados simultaneamente e com a mesma responsabilidade*. No entanto, o sentido produzido articula a minimização e a relativização da gravidade do problema sanitário (*vírus*) em favor das questões econômicas (*desemprego*). Em **(2b)** a palavra *ambos* reescritura por condensação os termos *vírus* e *desemprego* e estabelece uma relação de sentido entre os dois acontecimentos enunciativos equiparando-os.

(2c) Por decisão judicial todas as medidas de isolamento e restrições de liberdade foram delegadas a cada um dos 27 governadores das unidades da Federação.

(2d) Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País.

Em **(2c)** o alocutor-Presidente da República tem uma enunciação que produz o sentido de que as decisões a respeito das medidas de isolamento e restrições de liberdade não foram impostas pelo governo, mas sim, por uma ordem judicial, que delegou individualmente a cada governador a responsabilidade de implementar as medidas dentro de seu território estadual. Significando que a decisão relacionada às medidas de restrição de liberdade e isolamento social não partiram do Presidente da República, mas sim do Supremo Tribunal Federal. Tal afirmação é sustentada por **(2d)** quando o alocutor-Presidente da

República enuncia *Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País*, produzindo na enunciação o sentido de uma justificativa ao que foi enunciado em **(2c)**.

Em **(2c)** a palavra *todas* sugere o sentido de abrangência. Nesta direção, *todas* reescreve as medidas de isolamento e restrições de liberdade delegadas aos governadores. Com isso, em **(2c)** temos a palavra *todas* que reescritura por totalização as medidas de isolamento e restrição de liberdade delegadas pelas instituições oficiais, sendo o movimento “*fique em casa*”, uma dessas medidas.

Em **(2d)**, *Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País*, temos uma articulação por coordenação. Enquanto **(2c)** enuncia acerca da delegação de responsabilidades aos governadores, **(2d)** enuncia sobre a responsabilidade do Presidente. A relação de sentido entre os enunciados **(2c)** e **(2d)** acontece por coordenação, sem que um dependa do outro para a produção de sentido. No entanto, implicitamente tem-se o sentido da conjunção *e* que articula os enunciados e faz produzir o sentido de coordenação, mas a articulação também pode se dar pelo deslocamento do enunciador.

Na enunciação **(2d)** a expressão *Ao Presidente*, produz um sentido de um enunciador que se encontra fora da cena enunciativa. O lugar social representado pelo alocutor-Presidente da República no acontecimento da enunciação de *Ao Presidente*, marca um lugar de dizer que não corresponde mais a um lugar social, mas sim o de um enunciador.

Dito de outra maneira, enquanto em um determinado momento do texto a enunciação significa o lugar de um alocutor-Presidente da República, como acontece em **(2b)**, por exemplo, pela enunciação de *Ao Presidente*, nos é apresentado um outro lugar, o lugar de dizer que corresponde a um enunciador. Um enunciador-individual que diante da enunciação *Ao Presidente*, produz um sentido de lugar independente da história que se constitui pela representação da individualidade produzida no dizer

(2e) Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, disseminando o pânico entre a população. Sob o lema “fique em casa” e “a economia a gente vê depois”, quase trouxeram o caos social ao país.

Em **(2e)** quando o alocutor-Presidente da República enuncia a expressão *politizou o vírus* faz significar o sentido de que parte da mídia brasileira, assim como aconteceu em outros lugares do mundo, transformou a pandemia em um instrumento de disputa política, e atribuiu a responsabilidade do pânico instalado na sociedade brasileira à imprensa que não tratou do assunto de forma imparcial e objetiva.

Na expressão *politizou o vírus*, o verbo *politizou* produz um sentido de que a atitude da mídia brasileira foi partidária ou ideológica e não voltada para a saúde pública. O sentido produzido é de que a politização do vírus (*politizou o vírus*) teria colaborado para a disseminação do pânico (*disseminar o pânico*) nos brasileiros, o que de acordo com o alocutor-Presidente da República foi algo negativo.

Ao enunciar *disseminando o pânico e quase trouxeram o caos social ao país* o alocutor-Presidente da República faz significar um sentido negativo referente a postura da imprensa na condução do assunto, considerando-a exagerada e irresponsável por instalar um clima de medo e insegurança na população.

Nas expressões *fique em casa* e *a economia a gente vê depois* enunciadas como motes utilizados pela imprensa são considerados pelo alocutor-Presidente da República como algo exagerado e displicente, uma vez que a imprensa brasileira não levou em consideração os impactos negativos que o isolamento social poderia causar na econômica do país.

O enunciado *fique em casa* é um acontecimento enunciativo que se tornou relevante durante a pandemia da COVID-19. O enunciado se relaciona às práticas sociais, políticas de saúde pública e experiências coletivas de isolamento social. Ou seja, *fique em casa* mobiliza já-ditos que faz rememorar crises sanitárias, cuidado coletivo e responsabilidade individual.

Porém, em (2e), o enunciado *fique em casa* é ressignificado. O alocutor-Presidente da República enuncia e articula o enunciado *fique em casa* como uma crítica à imprensa e ao gerenciamento da pandemia, relacionando o lema ao *pânico* e ao *caos social*. Com isso, o memorável do enunciado *fique em casa* significando algo positivo, em (2e), é ressignificado como algo negativo, pois o alocutor-Presidente da República enuncia e faz significar sentidos alarmistas (*caos social*) relacionados ao *fique em casa*. Portanto, *fique em casa* deixa de significar cuidado e prevenção e passa a ser símbolo de um suposto exagero ou manipulação da imprensa/mídia.

Em (2e) quando o alocutor-Presidente da República enuncia que a imprensa *politizou o vírus, disseminando o pânico e quase trouxeram o caos social ao país*, temos aqui um enunciado que expõe uma crítica à postura da imprensa brasileira durante a pandemia da COVID-19. Os enunciados: *fique em casa* e *a economia a gente vê depois* significa uma crítica aos que defenderam as medidas de isolamento social, medidas *que quase causaram o caos social*. O advérbio *quase* projeta sentidos de que a situação poderia ter sido mais grave, porém, por algum motivo, a gravidade foi evitada.

Assim, em **(2e)** podemos observar um alocutor-Presidente da República que enuncia e faz significar um julgamento desfavorável acerca do desempenho da imprensa brasileira durante da pandemia da COVID-19, ou seja, politizar a doença e salientar as medidas extremas fez com que o sentimento de medo e caos tomassem o Brasil. Neste caso, há uma afirmação em **(2e)** que justifica o lugar social de dizer do alocutor-Presidente da República ao criticar a atitude da imprensa brasileira.

Passemos ao recorte 3.

(3) Nosso governo, de forma arrojada, implementou várias medidas econômicas que evitaram o mal maior:

(a) - Concedeu auxílio emergencial em parcelas que somam aproximadamente 1000 dólares para 65 milhões de pessoas, o maior programa de assistência aos mais pobres no Brasil e talvez um dos maiores do mundo;

(b) - Destinou mais de 100 bilhões de dólares para ações de saúde, socorro a pequenas e microempresas, assim como compensou a perda de arrecadação dos estados e municípios;

(c) - Assistiu a mais de 200 mil famílias indígenas com produtos alimentícios e prevenção à COVID;

(d) - Estimulou, ouvindo profissionais de saúde, o tratamento precoce da doença;

(e) - Destinou 400 milhões de dólares para pesquisa, desenvolvimento e produção da vacina de Oxford no Brasil;

O alocutor-Presidente da República enuncia em **(3)** que *Nosso governo, de forma arrojada, implementou várias medidas econômicas que evitaram o mal maior*:. Neste momento, é interessante observar o processo de enumeração das medidas implementadas pelo governo Bolsonaro.

Quando o alocutor-Presidente da República enuncia que o *governo implementou várias medidas econômicas* e as descreve, isso acontece pela enumeração para demonstrar como a reescrituração desencadeia o sentido. Desse modo, a expressão *medidas econômicas* produz o sentido de que algo foi feito para que o Brasil não sofresse consequências econômicas mais graves, que evitasse um *mal maior*.

Com isso, no recorte **(3)** temos a expressão *medidas econômicas* que é reescriturada por expansão em **(3a)** **(3b)** **(3c)** **(3d)** e **(3e)**. A reescrituração por expansão nos remete ao modo de sentido específico da enumeração/desenvolvimento. Isso porque a relação de desenvolvimento/enumeração de **(3a)** **(3b)** **(3c)** **(3d)** e **(3e)** apresenta a expansão da reescrituração das *medidas* que o governo *implementou* para evitar consequências

econômicas mais graves. Nesta direção, observamos que a reescrituração por expansão das ações produz um desenvolvimento do sentido da expressão reescriturada, *medidas econômicas*, e não apenas por uma mera enumeração no sentido literal da palavra.

Cada *medida* descrita em **(3a)** **(3b)** **(3c)** **(3d)** e **(3e)** corresponde a um assunto diferente, e os verbos *concedeu*, *destinou*, *assistiu*, *estimulou* e *destinou* conjugado no pretérito perfeito do indicativo significa o processo de enunciação do alocutor-Presidente da República que constitui um acontecimento de linguagem. Além do mais, estes verbos no passado sustentam a importância do lugar do qual o alocutor-Presidente da República está enunciando, produzindo o sentido de que o “Nosso governo adotou medidas econômicas ousadas que impediram consequências mais graves” ou ainda “A pandemia mal começou e já tomamos todas estas medidas preventivas”.

Quanto ao adjetivo *arrojado*, trata-se de um termo bastante enunciado em discursos e declarações políticas na tentativa de destacar a postura proativa e destemida de um governo, mas também para justificar as ações que podem ser consideradas arriscadas ou que envolvam alterações significativas.

Em **(3)**, quando o alocutor-Presidente da República enuncia a palavra *arrojada* e mobiliza enquanto adjetivo, temos aqui uma palavra que designa, significa e funciona como uma palavra que integra o texto em análise e possibilita fazer significar o sentido de um governo ousado, corajoso, inovador.

Ao enunciar *Nosso governo, de forma arrojada [...]* o alocutor-Presidente da República produz o sentido de que as *medidas* do *governo* foram audaciosas, e que ele não tem receio de tomar *medidas* corajosas e enfrentar os desafios *econômicos* relacionadas a pandemia que assolava o mundo.

O recorte **(3)** é introduzido com o enunciado *Nosso governo*, quando o alocutor-Presidente da República enuncia *Nosso governo* temos a produção de um sentido de pertencimento e identificação relacionados ao governo atual.

Com a enunciação do pronome *Nosso* temos aqui um enunciador-coletivo, que faz significar o pertencimento a uma comunidade. Ou seja, enuncia-se *Nosso* para produzir um sentido como se todos compartilhassem de uma responsabilidade ou pertencimento em relação ao governo atual. Porém, a enunciação do pronome *Nosso* também pode significar uma maneira de salientar de forma positiva as *medidas* do governo, explicando as decisões tomadas e as *medidas* implementadas, mas também o estabelecimento de uma relação de sentimento com a comunidade.

3.1.2 Enunciados em defesa da Amazônia e do meio ambiente

(4) (a) Nosso agronegócio continua pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando a melhor legislação ambiental do planeta.

(b) Mesmo assim, somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal.

(c) O Brasil desponta como o maior produtor mundial de alimentos. E, por isso, há tanto interesse em propagar desinformações sobre o nosso meio ambiente.

Em **(4a)** a enunciação do pronome *Nosso* constitui o sentido de não individualidade, mas de coletividade. Assim ao enunciar *Nosso* o alocutor-Presidente da República o faz agenciamento pelo lugar social do governo.

Quando o alocutor-governo enuncia acerca do crescimento do agronegócio no Brasil e o qualifica com o adjetivo *pujante*, o alocutor-governo produz o sentido de que *Nosso agronegócio* segue expandindo com força e vitalidade e segue com rigor a *legislação ambiental* enunciada pelo alocutor-governo como a *melhor do planeta*. A expressão *melhor legislação ambiental do planeta* produz o sentido de que as leis brasileiras são as mais desenvolvidas e eficientes no que se refere a preservação ambiental.

Em **(4b)** a enunciação de *Mesmo assim* articulado no enunciado incide sobre **(4a)** como uma enunciação que comenta a si mesma. De um lado temos um enunciado que diz *Nosso agronegócio continua pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando a melhor legislação ambiental do planeta*., De outro lado, temos *Mesmo assim, somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal*. Assim, observamos que a enunciação de **4(a)** é afetada pela enunciação de **4(b)**.

A articulação de *Mesmo assim* se dá por incidência, porque, o alocutor-governo enuncia posicionando argumentativamente sobre **4(a)**. A expressão *Mesmo assim* poderia ser parafraseada por "mas", o que manteria o sentido da incidência articulando **4(b)** como um comentário de contraponto a **4(a)**.

O recorte **(4b)** apresenta enunciações típicas de acontecimentos políticos que buscam proteger principalmente a economia de um país. Nesse sentido, **(4b)** faz significar um *agronegócio* e um *governo* comprometido com a sustentabilidade e o *respeito* a legislação ambiental, mas que vem sendo retratado de forma negativa a partir de *campanhas brutais de desinformação* relacionadas a Amazônia e ao Pantanal.

O recorte **(4c)** se constitui por uma orientatividade conclusiva, quando o alocutor-Presidente da República enuncia que *O Brasil desponta como o maior produtor mundial de alimentos* fazendo significar o sentido um dado reconhecido mundialmente referente a importância do Brasil no setor de produção de alimentos; e em *E, por isso, há tanto interesse em propagar desinformações sobre o nosso meio ambiente*, significando a partir da locução conclusiva *por isso*, o lugar de destaque do Brasil no cenário nacional e internacional. A articulação da locução *por isso* também se dá por incidência uma vez que *por isso* incide em *há tanto interesse em propagar desinformações sobre o nosso meio ambiente*, estabelecendo uma relação argumentativa em virtude do funcionamento de *por isso*.

3.1.3 Enunciados sobre o cenário internacional sobre segurança, paz e liberdade

(05) (a) Como um membro fundador da ONU, o Brasil está comprometido com os **princípios basilares da Carta das Nações Unidas: paz e segurança internacional, cooperação entre as nações, respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos.**

(b) Neste momento em que a organização completa 75 anos, temos a oportunidade de renovar nosso compromisso e fidelidade **a esses ideais**. A paz não pode estar dissociada da segurança.

(c) O Brasil já participou de mais de 50 operações de paz e missões similares, tendo contribuído com mais de 55 mil militares, policiais e civis, com participação marcante em Suez, Angola, Timor Leste, Haiti, Líbano e Congo.

(d) O Brasil teve duas militares premiadas pela ONU na Missão da República Centro-Africana pelo trabalho contra a violência sexual.

Em **(5a)** os dizeres produzem sentidos que rememoram a história da criação da ONU. O alocutor-Presidente da República quando enuncia *Como um membro fundador da ONU* evoca um memorável recortado historicamente que destaca a importância do Brasil no processo histórico e fundamental na criação da Organização das Nações Unidas. Esta enunciação recorta um memorável que legitima o lugar no Brasil em relação às especificações defendidas pela ONU, uma vez que *o Brasil está comprometido com os princípios basilares da Carta das Nações Unidas*.

Quanto ao modo de articulação, em **(5a)** há uma articulação por enumeração, uma vez que os princípios basilares da Carta das Nações Unidas são listados: *paz e segurança internacional, cooperação entre as nações, respeito aos direitos humanos e às liberdades*

fundamentais de todos, e uma reescrituração por coordenação se considerarmos o conectivo e enunciado em *paz e segurança internacional, cooperação entre as nações, respeito aos direitos humanos* como um elemento linguístico que estabelece dentre os outros elementos linguísticos no enunciado uma relação de igual importância na enunciação e na produção de sentido, considerando a relação de proximidade entre eles, uma vez que todos integram os princípios basilares da Carta das Nações Unidas.

Em **(5b)** o alocutor-Presidente da República enuncia que *Neste momento em que a organização completa 75 anos, temos a oportunidade de renovar nosso compromisso e fidelidade a esses ideais* e constitui enunciações que rememoram o *compromisso e fidelidade* aos ideais estabelecidos desde a criação da ONU. E a partir da temporalidade do dizer faz significar o sentido de renovação de compromisso e continuidade aos ideais estabelecidos nos primórdios da organização. A expressão *Neste momento* significa o tempo de existência da ONU, os 75 anos, e toma este momento para fortalecer e reforçar a parceria com a organização.

Quanto ao “modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito” (Guimarães, 2018, p. 85), ou seja, a reescrituração, em **(5b)** *a esses ideais* reescritura sinonimicamente por substituição *princípios basilares*, uma vez que *a esses ideais* refere-se aos valores fundamentais da Carta das Nações Unidas, enquanto *princípios basilares*.

Com isso, embora *a esses ideais* e *princípios basilares* não sejam expressões iguais em sua estrutura, as duas expressões dispostas no enunciado possibilita redizer o que já foi dito, “fazendo interpretar uma forma como diferente de si” (Guimarães, 2017, p. 38).

A expressão *membro fundador* significa e rememora a criação da ONU. O memorável da fundação inclui de um lado o comprometimento *com os princípios basilares da Carta das Nações Unidas* e de outro a participação do Brasil em *mais de 50 operações de paz e missões similares, tendo contribuído com mais de 55 mil militares, policiais e civis, com participação marcante em Suez, Angola, Timor Leste, Haiti, Líbano e Congo*.

O numeral faz significar a magnitude da contribuição do Brasil. E a premiação enunciada em **(5d)** *O Brasil teve duas militares premiadas pela ONU na Missão da República Centro-Africana pelo trabalho contra a violência sexual* produz o sentido de reconhecimento nacional e internacional, mas, principalmente, o reconhecimento pela ONU dando credibilidade e prestígio à ação brasileira.

A enunciação de *Como um membro fundador da ONU, o Brasil está comprometido com os princípios basilares da Carta das Nações Unidas* inclui o Brasil como membro

fundador da ONU, que se compromete com *os princípios basilares da Carta das Nações Unidas* pelo tempo do presente do acontecimento e pela futuridade do acontecimento que abre o espaço para novas enunciações.

Portanto, no recorte **(5)** o memorável que constitui o acontecimento faz significar diversas outras enunciações, tais como *os princípios basilares da Carta das Nações Unidas*, a participação efetiva do Brasil em mais de 50 operações de paz e a premiação por missões relevantes. Estas rememorações constituem no acontecimento do dizer sentidos que fortalecem a imagem externa do Brasil e apresentam um país comprometido com os princípios da ONU, colocando em funcionamento o sentido de legitimação do lugar brasileiro no cenário nacional e, principalmente, internacional e positivo, quanto ao cuidado da promoção da paz e da segurança internacional.

(06) (a) A LIBERDADE É O BEM MAIOR DA HUMANIDADE.

(b) Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia.

O recorte **(6)** apresenta uma enunciação produzida pelo alocutor-Presidente da República que significa uma afirmação do valor fundamental da liberdade para a humanidade e a convocação do alocutário-comunidade internacional para promoção da ação de defesa da *liberdade religiosa* e do *combate à cristofobia*.

Em **(6a)** o enunciado *A LIBERDADE É O BEM MAIOR DA HUMANIDADE* produz um sentido amplo do sentido de *LIBERDADE*, que é considerado um princípio fundamental e incontestável. O enunciado é *o bem maior da humanidade predica LIBERDADE* e apresenta o *apelo* do alocutor-Presidente da República dirigindo ao alocutário-comunidade internacional.

Em **(6b)** o enunciado *Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia* faz significar o sentido de alerta à *comunidade internacional* para dois sentidos específicos: a *liberdade religiosa* e o *combate à cristofobia*. Nessa linha, a partir destas enunciações são rememoradas, no acontecimento, enunciações que dizem acerca da proteção e garantia dos direitos das pessoas de professar a sua fé sem receio de perseguições (*liberdade religiosa*) e acerca da discriminação e intolerância referente aos cristãos (*cristofobia*), um fenômeno que deve ser combatido como aspecto importante para a preservação da *liberdade religiosa*.

Em **(6b)** a palavra *cristofobia* está na formação nominal *combate à cristofobia*, que pode ser considerada como uma expressão referencial. Porém, o que nos interessa é o que *cristofobia* significa na expressão *combate à cristofobia*, no enunciado e no texto-pronunciamento enunciado na abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU, em 2020.

Em **(6b)**, na enunciação *Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia*, a palavra *cristofobia* significa a existência de uma perseguição, discriminação ou preconceito contra cristãos. Ou seja, a enunciação produz o sentido de que os cristão sofre perseguição em escala global, o que faz significar também o sentido de vitimização e da necessidade de defesa da fé cristã.

Junto a *cristofobia* está a expressão *liberdade religiosa* que faz significar uma relação de equivalência entre ambas as expressões, produzindo o sentido de que a garantia da *liberdade religiosa* perpassa necessariamente pelo *combate à cristofobia*. Mediante tais enunciações, outro sentido produzido é o silenciamento/apagamento das discussões relacionadas a outras formas de intolerância religiosa, como o preconceito contra as religiões afro-brasileiras ou contra outras minorias religiosas.

(07) O Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base.

O recorte **(7)** apresenta uma enunciação produzida pelo alocutário-Presidente da República que faz significar dizeres relacionados aos valores religiosos e conservadores, enfatizando a família como estrutura fundamental da sociedade.

Ao enunciar que *O Brasil é um país cristão e conservador* o alocutor-Presidente da República faz significar rememorações de outras enunciações que correspondem a um passado de identidade cultural e religiosa do Brasil que era majoritariamente baseada no cristianismo e valores conservadores. Desconsiderando a atualidade do Brasil, que se constitui de uma sociedade multicultural e com pluralidade religiosa e na maneira de professar a sua fé.

O enunciado *tem na família sua base* significa, na enunciação, o núcleo familiar tradicional constituído de figura paterna e materna e orientado por princípios cristãos. A produção destes sentidos silencia outros como, por exemplo, os sentidos que significam os núcleos familiares não tradicionais, tais como a família monoparental, multigeracional, sem filhos etc.

4. Considerações Finais

Este estudo nos permitiu compreender à luz da Semântica do Acontecimento, elaborada e desenvolvida por Eduardo Guimarães, a construção de sentidos de assuntos relacionados ao combate à pandemia, ao impacto econômico, a defesa da Amazônia, ao meio ambiente, ao cenário internacional, a segurança, a paz e a liberdade em enunciados que integram o texto-pronunciamento de abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU, proferido em 2020.

Esta pesquisa é de suma importância, uma vez que está diretamente ligada à necessidade de compreender os processos de significação dos dizeres políticos e suas implicações sociais e históricas. Esse estudo tem relevância tanto acadêmica quanto social, porque permitiu analisar como os sentidos são construídos, disputados e ressignificados no espaço público e para a compreensão do funcionamento dos dizeres políticos no cenário nacional e internacional.

A partir dos recortes extraídos do texto-pronunciamento de abertura da 75ª Assembleia Geral da ONU e a análise sob o viés da Semântica do Acontecimento, observamos o funcionamento semântica-enunciativo dos enunciados que integram o texto-pronunciamento selecionado para a pesquisa.

Iniciamos as análises com o estudo acerca do vocativo e do apostrofo, conforme proposto por Eduardo Guimarães, na Semântica do Acontecimento. Os recortes selecionados nos permitiram compreender a constituição dos sentidos do discurso de Jair Bolsonaro na Abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas/2020 e na construção da cena enunciativa.

A Semântica do Acontecimento toma o vocativo não como uma forma de chamar a atenção, mas um modo de constituir um lugar de reconhecimento para o outro, estabelecendo relações entre o alocutor-Presidente da República e seus alocutários. Diante disso, ao enunciar *Senhor presidente da Assembleia Geral, Volkan Bozkir*, por exemplo, o alocutor-Presidente da República não está apenas nomeando, mas estabelecendo uma relação hierárquica e institucional que organiza a cena enunciativa.

Analisando o apostrofo, pudemos observar que sua enunciação se constituiu como uma forma de inscrição de sentidos no enunciado. Isto é, quando o alocutor-Presidente da República enunciou *a quem tenho a satisfação de cumprimentar em nossa língua-mãe*,

estabeleceu-se um efeito de proximidade cultural e simbólica com Gutérres e reforçou uma identidade lusófona compartilhada, o que estabeleceu um efeito político no espaço da ONU.

De modo geral, a análise dos enunciados apontam para três conclusões: a primeira refere-se à posição solidária e comprometida do alocutor; a segunda refere-se sobre a posição que minimiza a crise sanitária e dá ênfase à economia e a terceira deslegitima a imprensa e as medidas de isolamento social. Dessa forma, a cena enunciativa analisada permite compreender como a significação da enunciação política se constituiu em meio à disputa de sentidos sobre a pandemia e suas consequências.

Observou-se que a conjunção *e*, por exemplo, desempenhou um papel fundamental na articulação dos elementos, estabelecendo uma hierarquização dos sentidos, como na enunciação de *quero lamentar cada morte ocorrida*, onde o alocutor posiciona-se como empático e responsável. Esse movimento enunciativo de construção de sentido relacionado à identidade de liderança solidária está relacionado ao papel de Jair Bolsonaro como chefe de Estado, comprometido não apenas com a questão sanitária, mas também com a crise econômica.

Por outro lado, a oposição entre *vírus* e *desemprego* nos enunciados analisados ressignifica os sentidos da pandemia, atribuindo à questão econômica um peso equivalente à crise sanitária. Essa construção enunciativa permite compreender como o discurso presidencial minimiza o impacto da COVID-19 e, simultaneamente, enfatiza a necessidade de manutenção das atividades econômicas.

Ademais, os enunciados sobre a decisão judicial que delegou aos governadores a responsabilidade pelas medidas de isolamento social revelam um deslocamento enunciativo que visa dissociar o governo federal da adoção de tais medidas. A enunciação do enunciado *Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País* delimita o papel do governo federal, reforçando a posição de gestor econômico e financeiro, mais do que de formulador de políticas de saúde pública.

Outro ponto relevante, é a ressignificação do enunciado *fique em casa* dito no texto-pronunciamento presidencial. Inicialmente, essa expressão possui um sentido vinculado à prevenção e à responsabilidade coletiva, mas no pronunciamento do alocutor-Presidente, ela é ressignificada como um elemento de exagero e manipulação midiática. Dessa forma, há uma enunciação deslegitimadora das medidas de isolamento. A ressignificação do lema *fique em casa* como um fator de quase colapso social tem um deslocamento do sentido da

expressão, de uma recomendação de saúde pública para um elemento de manipulação política.

Em outro momento, a enumeração das medidas econômicas adotadas pelo governo reforça a construção de uma imagem de gestão eficiente e proativa. O uso de verbos no pretérito perfeito do indicativo, como *concedeu*, *destinou* e *assistiu*, são centrais para a argumentação de que as ações foram concretizadas e tiveram impactos positivos, reforçando o sentido de um governo responsável pela estabilidade econômica e social.

Outro aspecto observado durante as análises, refere-se à descentralização das medidas sanitárias, pois as enunciações enfatizam que a decisão sobre as medidas de isolamento social foi delegada aos governadores por determinação judicial, isentando o governo federal da responsabilidade direta na imposição dessas restrições. Nessa linha, a enunciação do alocutor-presidente produz-se um sentido de distanciamento em relação às consequências das medidas sanitárias adotadas no país.

Há ainda as ações econômicas do governo que apresentam as medidas adotadas pelo governo federal, no qual o alocutor-Presidente da República enuncia dizeres sobre a concessão de auxílios e investimentos, significando uma gestão econômica como eficaz na contenção dos danos causados pela pandemia.

Portanto, a partir das análises, no que se refere ao combate à pandemia, ao impacto econômico, a defesa da Amazônia, ao meio ambiente, ao cenário internacional, a segurança, a paz e a liberdade, foi possível compreender que a enunciação do texto-pronunciamento da 75ª Assembleia Geral da ONU produziu o sentido de defesa do governo federal e de todos os assuntos anteriormente citados, colocando-os sempre como os fatores fundamentais para a manutenção da economia brasileira. Todavia, o ex-presidente, ao longo de seu proferimento, também se preocupou em construir e propagar uma imagem de liderança, de um chefe de Estado responsável e comprometido tanto com a vida dos cidadãos, quanto com a estabilidade econômica do país, ao mesmo tempo em que transferia parte da responsabilidade pelas dificuldades enfrentadas à imprensa e aos governadores.

5. Referências

- BENVENISTE, E. **Problema de linguística geral I**. 5 ed., Campinas, SP: Editora Pontes, 2005.
- BENVENISTE, E. **Problema de linguística geral II**. 2 ed., Campinas, SP: Editora Pontes, 2006.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB. Imprensa Oficial: 2004.
- BRÉAL, M. **Ensaio de semântica**: ciências das significações. Campinas, 2 ed., Editora RG, 2008.
- CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS e o Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça. Nações Unidas/Nova Iorque, 1945.
- CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. **A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro**: o deputado, o candidato e o presidente. In.: Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF. e-ISSN 1981-4070, Juiz de Fora, PPGCOM – UFJF, v. 13, n. 3, p. 135-151, set./dez. 2019.
- CUNHA, V.; LOPES, C.; LEITE, V. P.; LUI, J. **Religião e Política**: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Instituto de Estudos da Religião, 2017.
- DIAS, L. F.; LACERDA, P. B. G.; DALMASCHIO, L. (orgs.). **Enunciação e materialidade linguística**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2015. 127 p.
- DIAS, L. F.. Acontecimento enunciativo e formação sintática. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. n.º 35 , jan-jun 2015.
- DIAS, L. F.; SILVA, C. D. Os espaços de trabalho com a língua na pesquisa científica e no ensino: As hashtags em pauta. In: **Ciência, Língua e Ensino**. Di Renzo, Ana M. / Motta, Ana Luiza Artiaga Rodrigues da. (orgs.). Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.
- DIAS, L. F. **Enunciação e relações linguísticas**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2018.
- DIAS, L. F. Fundamentos: formação de enunciados. In: **O português brasileiro no cotidiano**: enunciação e ensino, 2021.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Ver. técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- DUCROT, Oswald. **Argumentação retórica e argumentação linguística**. Revista Letras de Hoje, v. 44, nº 1, Porto Alegre, pp. 20 – 25, janeiro-março/2009.

DURKHEIM, E. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SZUBRIS, E. B. **Nomes de Origem Indígena em Formações Nominais de Cidades de Mato Grosso**: Perspectivações de Sentidos. (Tese/Doutorado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu em Linguística, Faculdade de Educação e Linguagem, Campus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2022.

FERNANDEZ, R. K. dos S. **O acontecimento do julgamento da ação penal 937**: os sentidos de foro por prerrogativa de função na enunciação do voto do relator. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, 2023.

FLORES, Valdir do Nascimento. **Dicionário de linguística da enunciação** [et al.]. São Paulo: Contexto, 2009.

GARCIA, E. Vargas. **O sexto membro permanente**: o brasil e a criação da ONU. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

GILBERT, Adrian. **Enciclopédia das guerras**: conflitos mundiais através dos tempos. M. Books do Brasil: São Paulo, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. **História, sujeito e enunciação**. In.: Cad. Est. Ling., Campinas, (35):109-116, Jul./Dez. 1998.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da Semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. Semântica e Pragmática. In: **A palavra e a frase**. Eduardo Guimarães e Mônica Zoppi-Fontana (Orgs.). Campinas, SP: Pontes, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e Argumentação**: um estudo de conjunções do português. (1987). Campinas, SP. Pontes, 3ª edição revista e ampliada. 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E. & C. Mollica. **A palavra**. Forma e sentido. Campinas, Pontes. 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. **A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido**. In.: Cad. Est. Ling., Campinas, 51 (1): 49-68. Jan./Jun. 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de texto**: procedimentos, análises, ensino. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

GUIMARÃES, E. **Texto e enunciação**. In.: Organon, Porto Alegre, v. 9, n. 23, 2012.

GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. In: **Fragmentum**, n.º 40, Laboratório corpus: UFSM, jan.\mar., 2014.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas, SP: Pontes Editora, 2018.

GUIMARÃES, Eduardo. Significação e valores éticos (sondagens preliminares). In.: **Linguística e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 23, n. 45, p. 3-27, jan./jun. 2020.

GUIMARÃES, Eduardo. **Sobre teoria e método em semântica da enunciação**. In.: Língua e Instrumentos Linguísticos, Campinas, SP, v. 26, n. 51, p. 116-134, jan./jul., 2023.

GONÇALVES, Leandro P.; NETO, Odilon C. **Integralismo e liderança**: ensaios críticos. – Juiz de Fora, MG: Editora UFJF/ClioEdel, 2023.

KARIM, T. M. **Dois nomes dois destinos**. In: Línguas e instrumentos. Linguísticos. Campinas: Pontes, 2003.

KARIM, T. M. **Dos nomes à história** - o processo constitutivo de um Estado: Mato Grosso. Campinas, SP: [s.n.], 2012.

KEELEY, Lawrence H. **A guerra antes da civilização**: o mito do bom selvagem. Tradução de Fábio Faria. São Paulo: Realizações, 2011.

LEAL, A. F. C.; ZATTA, N. **O procedimento de reescrituração em textos redacionais do ENEM/2016**. In.: Línguas e Instrumentos Linguísticos – nº 43 – jan-jun, 2019.

MACHADO, C. de P. (2020). **Contribuições da semântica da enunciação para a análise de texto**. In.: Traços De Linguagem - Revista De Estudos Linguísticos, 3(2). <https://doi.org/10.30681/2594.9063.2019v3n2id4355>

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto**: o que é, como se faz? [1983], 2012.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Equador, Japão, Malta, Moçambique e Suíça são eleitos para o Conselho de Segurança**. < [https://brasil.un.org/pt-br/185579-equador-jap%C3%A3o-malta-mo%C3%A7ambique-e-su%C3%AD%C3%A7a-s%C3%A3o-eleitos-para-o-conselho-de-seguran%C3%A7a#:~:text=feira%20\(9\).-,Equador%2C%20Jap%C3%A3o%2C%20Malta%2C%20Mo%C3%A7ambique%20e%20Su%C3%AD%C3%A7a%20se%20juntar%C3%A3o%20ao%20Conselho%20de%20Seguran%C3%A7a](https://brasil.un.org/pt-br/185579-equador-jap%C3%A3o-malta-mo%C3%A7ambique-e-su%C3%AD%C3%A7a-s%C3%A3o-eleitos-para-o-conselho-de-seguran%C3%A7a#:~:text=feira%20(9).-,Equador%2C%20Jap%C3%A3o%2C%20Malta%2C%20Mo%C3%A7ambique%20e%20Su%C3%AD%C3%A7a%20se%20juntar%C3%A3o%20ao%20Conselho%20de%20Seguran%C3%A7a)

A3o%20ao,ap%C3%B3s%20a%20leitura%20do%20nome. > Acessado em 30 de maio de 2023.

ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. **Projeto Ipê**: atualização e aperfeiçoamento de professores e especialistas em educação por multimeios. Língua Portuguesa III. ISSN 2594-9063 Traços de Linguagem, Cáceres, v. 3, n. 2, p. 28-41, 2019. 41 Governo Democrático do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Educação –SP, Coordenadoria de estudo e normas pedagógicas, 1985.

PEREIRA, Wolber Sebastião. **Enunciações Presidenciais: modos de dizer na/da política no Brasil**. 2022. 116 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT, 2022.

PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira. **As nações unidas e a manutenção da paz**. Palheiras, Coimbra: Almedina, 2007.

RANCIÈRE, J. **Os nomes da história**: um ensaio da poética do saber. Trad. Eduardo Guimarães, Eni Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. Trad.: Angela Leite Lopes. Editora 34, 1996.

RODRIGUES, M. L. M.; ZATTAR, N. B. **Semântica da Enunciação**: um percurso teórico. In.: Traços de Linguagem, Cáceres, v. 5, n. 1, p. 95-106, 2021.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein Cultrix, São Paulo: 1975.

SZUBRIS, Elisandra B. **Nomes de origem indígena em formações nominais de cidades de mato grosso**: perspectivas de sentidos. Cáceres, 2022.

SZUBRIS, Elisandra B. **Os sentidos das propagandas eleitorais do TSE na mídia brasileira**. In: E-escrita. Revista do Curso de Letras da UNIABEU, Nilópolis. V. 04, N.º 02.

SENADO NOTÍCIAS. **Custos e benefícios do ingresso do Brasil no Conselho de Segurança da ONU dividem especialistas** < <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/06/06/custos-e-beneficios-do-ingresso-do-brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu-dividem-especialistas> > Acessado em 04 de maio de 2023.

SIGLIANI, Livia Cristina de Souza; VENTURA, Adilson. **O embate de sentidos do termo professor**: uma análise semântica de propagandas veiculadas pelo MEC. Palimpsesto. Rio de Janeiro, v. 18, n. 31, pp. 87-107, Dossiê 87, 2019.

SOUZA, Jocyare C. P. de. **Nas letras de são thomé**: uma análise semântica histórico-enunciativa dos nomes de estabelecimentos comerciais de são thomé das letras - Campinas, SP : [s.n.], 2005.

SCHMITZ, G. de O.; ROCHA, R. de A. **Brasil e o sistema das nações unidas: desafios e oportunidades na governança global**. Brasília-DF: Ipea, 2017.

TOLEDO, C. N. de; **1964: O golpe contra as reformas e a democracia**. In.: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28, 2004.

ZATTAR, N. B. **A argumentação como processo de significação**. In.: Conexão Letras, Porto Alegre, v. 16, n. 25, p. 27-34, jan-jun., 2021.

6. Anexo I

Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, na abertura da 75ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU)²

Publicado em 22/09/2020 10h54 Atualizado em 22/09/2020 12h06

Senhor presidente da Assembleia Geral, Volkan Bozkir;
Senhor secretário-geral da ONU, António Guterres, a quem tenho a satisfação de cumprimentar em nossa língua-mãe;

Chefes de Estado, de governo e de delegação;

Senhoras e senhores,

É uma honra abrir esta assembleia com os representantes de nações soberanas, num momento em que o mundo necessita da verdade para superar seus desafios.

A COVID-19 ganhou o centro de todas as atenções ao longo deste ano e, em primeiro lugar, quero lamentar cada morte ocorrida.

Desde o princípio, alertei, em meu País, que tínhamos dois problemas para resolver: o vírus e o desemprego, e que ambos deveriam ser tratados simultaneamente e com a mesma responsabilidade.

Por decisão judicial, todas as medidas de isolamento e restrições de liberdade foram delegadas a cada um dos 27 governadores das unidades da Federação. Ao Presidente, coube o envio de recursos e meios a todo o País.

Como aconteceu em grande parte do mundo, parcela da imprensa brasileira também politizou o vírus, disseminando o pânico entre a população. Sob o lema “fique em casa” e “a economia a gente vê depois”, quase trouxeram o caos social ao país.

Nosso governo, de forma arrojada, implementou várias medidas econômicas que evitaram o mal maior:

- Concedeu auxílio emergencial em parcelas que somam aproximadamente 1000 dólares para 65 milhões de pessoas, o maior programa de assistência aos mais pobres no Brasil e talvez um dos maiores do mundo;

- Destinou mais de 100 bilhões de dólares para ações de saúde, socorro a pequenas e microempresas, assim como compensou a perda de arrecadação dos estados e municípios;

- Assistiu a mais de 200 mil famílias indígenas com produtos alimentícios e prevenção à COVID;

- Estimulou, ouvindo profissionais de saúde, o tratamento precoce da doença;

² Fonte: Agência Brasil <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/veja-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-75a-assembleia-geral-da-onu> Acessado em 10 de jul. de 2021

- Destinou 400 milhões de dólares para pesquisa, desenvolvimento e produção da vacina de Oxford no Brasil;

Não faltaram, nos hospitais, os meios para atender aos pacientes de COVID.

A pandemia deixa a grande lição de que não podemos depender apenas de umas poucas nações para produção de insumos e meios essenciais para nossa sobrevivência. Somente o insumo da produção de hidroxiclороquina sofreu um reajuste de 500% no início da pandemia. Nesta linha, o Brasil está aberto para o desenvolvimento de tecnologia de ponta e inovação, a exemplo da indústria 4.0, da inteligência artificial, nanotecnologia e da tecnologia 5G, com quaisquer parceiros que respeitem nossa soberania, prezem pela liberdade e pela proteção de dados.

No Brasil, apesar da crise mundial, a produção rural não parou. O homem do campo trabalhou como nunca, produziu, como sempre, alimentos para mais de 1 bilhão de pessoas.

O Brasil contribuiu para que o mundo continuasse alimentado.

Nossos caminhoneiros, marítimos, portuários e aeroviários mantiveram ativo todo o fluxo logístico para distribuição interna e exportação.

Nosso agronegócio continua pujante e, acima de tudo, possuindo e respeitando a melhor legislação ambiental do planeta.

Mesmo assim, somos vítimas de uma das mais brutais campanhas de desinformação sobre a Amazônia e o Pantanal.

A Amazônia brasileira é sabidamente riquíssima. Isso explica o apoio de instituições internacionais a essa campanha escorada em interesses escusos que se unem a associações brasileiras, aproveitadoras e impatrióticas, com o objetivo de prejudicar o governo e o próprio Brasil.

Somos líderes em conservação de florestas tropicais. Temos a matriz energética mais limpa e diversificada do mundo.

Mesmo sendo uma das 10 maiores economias do mundo, somos responsáveis por apenas 3% da emissão de carbono.

Garantimos a segurança alimentar a um sexto da população mundial, mesmo preservando 66% de nossa vegetação nativa e usando apenas 27% do nosso território para a pecuária e agricultura. Números que nenhum outro país possui.

O Brasil desponta como o maior produtor mundial de alimentos.

E, por isso, há tanto interesse em propagar desinformações sobre o nosso meio ambiente.

Estamos abertos para o mundo naquilo que melhor temos para oferecer, nossos produtos do campo. Nunca exportamos tanto. O mundo cada vez mais depende do Brasil para se alimentar.

Nossa floresta é úmida e não permite a propagação do fogo em seu interior. Os incêndios acontecem praticamente, nos mesmos lugares, no entorno leste da Floresta, onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência, em áreas já desmatadas.

Os focos criminosos são combatidos com rigor e determinação. Mantenho minha política de tolerância zero com o crime ambiental. Juntamente com o Congresso Nacional, buscamos a regularização fundiária, visando identificar os autores desses crimes.

Lembro que a Região Amazônica é maior que toda a Europa Ocidental. Daí a dificuldade em combater, não só os focos de incêndio, mas também a extração ilegal de madeira e a biopirataria. Por isso, estamos ampliando e aperfeiçoando o emprego de tecnologias e aprimorando as operações interagências, contando, inclusive, com a participação das Forças Armadas.

O nosso Pantanal, com área maior que muitos países europeus, assim como a Califórnia, sofre dos mesmos problemas. As grandes queimadas são consequências inevitáveis da alta temperatura local, somada ao acúmulo de massa orgânica em decomposição.

A nossa preocupação com o meio ambiente vai além das nossas florestas. Nosso Programa Nacional de Combate ao Lixo no Mar, um dos primeiros a serem lançados no mundo, cria uma estratégia para os nossos 8.500 quilômetros de costa.

Nessa linha, o Brasil se esforçou na COP25 em Madri para regulamentar os artigos do Acordo de Paris que permitiriam o estabelecimento efetivo do mercado de carbono internacional. Infelizmente, fomos vencidos pelo protecionismo.

Em 2019, o Brasil foi vítima de um criminoso derramamento de óleo venezuelano, vendido sem controle, acarretando severos danos ao meio ambiente e sérios prejuízos nas atividades de pesca e turismo.

O Brasil considera importante respeitar a liberdade de navegação estabelecida na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Entretanto, as regras de proteção ambiental devem ser respeitadas e os crimes devem ser apurados com agilidade, para que agressões como a ocorrida contra o Brasil não venham a atingir outros países.

Não é só na preservação ambiental que o país se destaca. No campo humanitário e dos direitos humanos, o Brasil vem sendo referência internacional pelo compromisso e pela dedicação no apoio prestado aos refugiados venezuelanos, que chegam ao Brasil a partir da fronteira no estado de Roraima.

A Operação Acolhida, encabeçada pelo Ministério da Defesa, recebeu quase 400 mil venezuelanos deslocados devido à grave crise político-econômica gerada pela ditadura bolivariana.

Com a participação de mais de 4 mil militares, a Força Tarefa Logística-Humanitária busca acolher, abrigar e interiorizar as famílias que chegam à fronteira.

Como um membro fundador da ONU, o Brasil está comprometido com os princípios basilares da Carta das Nações Unidas: paz e segurança internacional, cooperação entre as nações, respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de todos. Neste momento em que a organização completa 75 anos, temos a oportunidade de renovar nosso compromisso e fidelidade a esses ideais. A paz não pode estar dissociada da segurança.

A cooperação entre os povos não pode estar dissociada da liberdade. O Brasil tem os princípios da paz, cooperação e prevalência dos direitos humanos inscritos em sua própria Constituição, e tradicionalmente contribui, na prática, para a consecução desses objetivos.

O Brasil já participou de mais de 50 operações de paz e missões similares, tendo contribuído com mais de 55 mil militares, policiais e civis, com participação marcante em Suez, Angola, Timor Leste, Haiti, Líbano e Congo.

O Brasil teve duas militares premiadas pela ONU na Missão da República Centro-Africana pelo trabalho contra a violência sexual.

Seguimos comprometidos com a conclusão dos acordos comerciais firmados entre o MERCOSUL e a União Europeia e com a Associação Europeia de Livre Comércio. Esses acordos possuem importantes cláusulas que reforçam nossos compromissos com a proteção ambiental.

Em meu governo, o Brasil, finalmente, abandona uma tradição protecionista e passa a ter na abertura comercial a ferramenta indispensável de crescimento e transformação.

Reafirmo nosso apoio à reforma da Organização Mundial do Comércio que deve prover disciplinas adaptadas às novas realidades internacionais.

Estamos igualmente próximos do início do processo oficial de acesso do Brasil à OCDE. Por isso, já adotamos as práticas mundiais mais elevadas em todas as áreas, desde a regulação financeira até os domínios da segurança digital e da proteção ambiental.

No meu primeiro ano de governo, concluímos a reforma da previdência e, recentemente, apresentamos ao Congresso Nacional duas novas reformas: a do sistema tributário e a administrativa.

Novos marcos regulatórios em setores-chave, como o saneamento e o gás natural, também estão sendo implementados. Eles atrairão novos investimentos, estimularão a economia e gerarão renda e emprego.

O Brasil foi, em 2019, o quarto maior destino de investimentos diretos em todo o mundo. E, no primeiro semestre de 2020, apesar da pandemia, verificamos um aumento do ingresso de investimentos, em comparação com o mesmo período do ano passado. Isso comprova a confiança do mundo em nosso governo.

O Brasil tem trabalhado para, em coordenação com seus parceiros sul-atlânticos, revitalizar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

O Brasil está preocupado e repudia o terrorismo em todo o mundo.

Na América Latina, continuamos trabalhando pela preservação e promoção da ordem democrática como base de sustentação indispensável para o progresso econômico que desejamos.

A LIBERDADE É O BEM MAIOR DA HUMANIDADE.

Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia.

Também quero reafirmar minha solidariedade e apoio ao povo do Líbano pelas recentes adversidades sofridas.

Cremos que o momento é propício para trabalharmos pela abertura de novos horizontes, muito mais otimistas para o futuro do Oriente Médio.

Os acordos de paz entre Israel e os Emirados Árabes Unidos, e entre Israel e o Bahrein, três países amigos do Brasil, com os quais ampliamos imensamente nossas relações durante o meu governo, constitui excelente notícia.

O Brasil saúda também o Plano de Paz e Prosperidade lançado pelo Presidente Donald Trump, com uma visão promissora para, após mais de sete décadas de esforços, retomar o caminho da tão desejada solução do conflito israelense-palestino.

A nova política do Brasil de aproximação simultânea a Israel e aos países árabes converge com essas iniciativas, que finalmente acendem uma luz de esperança para aquela região.

O Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base.

Deus abençoe a todos!

E o meu muito obrigado!